

# A Ilusão do Direito Internacional: Poder, Impunidade e a Selva

A triste realidade do mundo moderno é que a ordem internacional baseada em regras é uma fachada oca, que desmorona sob o peso do poder bruto. Isso é mais evidente no caso do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu e da campanha de seu governo contra os palestinos, descrita como assassinato em massa e terrorismo. Apesar de instituições jurídicas internacionais como o TPI (Tribunal Penal Internacional), a CIJ (Corte Internacional de Justiça) e a Assembleia Geral da ONU (UNGA), essas instituições são impotentes contra estados poderosos e seus aliados. Mandados de prisão, veredictos e resoluções são gestos simbólicos, incapazes de gerar consequências. O direito internacional é nulo para figuras como Netanyahu, e o sistema global é governado pela lei da selva, onde a força faz o direito e a civilização humana é apenas um verniz sobre a barbárie.

O TPI, estabelecido para processar crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio, carece de força quando confrontado com atores poderosos. Ele pode emitir mandados de prisão contra Netanyahu ou sua administração, mas esses são inexecutáveis. Líderes ocidentais, que defendem a missão do TPI em retórica, não têm vontade de agir. Os Estados Unidos, aliados de Israel, protegem-no por meio de vetos na ONU ou pressão. Outras nações ocidentais, cautelosas com tensões, seguem o exemplo, tornando os esforços do TPI inúteis. A justiça é seletiva, aplicada àqueles sem poder. Para os palestinos, que suportam décadas de violência e opressão, o fracasso do TPI é um lembrete de que o direito se curva aos poderosos.

A CIJ, encarregada de resolver disputas entre estados e emitir pareceres, é igualmente impotente. Ela pode condenar as ações de Israel — assentamentos, anexação ou uso de força em Gaza — mas suas decisões carecem de peso. Israel, apoiado pelos EUA e potências ocidentais, ignora a CIJ sem medo. A incapacidade do tribunal de impor suas decisões expõe a fragilidade do direito internacional diante do poder militar e diplomático. Para os palestinos, os veredictos da CIJ são vitórias morais, fugazes em um mundo que se recusa a responsabilizar os opressores. A violência continua, pois o direito prova ser uma promessa vazia.

A Assembleia Geral da ONU, apesar de sua aparência democrática, demonstra a impotência do direito. Ela aprovou inúmeras resoluções condenando as ações de Israel — ocupação, bloqueio de Gaza, assassinatos de civis. Essas resoluções, apoiadas por maiorias, refletem um consenso global sobre as violações de Israel. No entanto, elas não são vinculantes e carecem de execução. O Conselho de Segurança da ONU, onde reside o verdadeiro poder, está paralisado pelos vetos dos EUA que protegem Israel. As resoluções da Assembleia Geral são gestos, acumulados sem serem lidos. Para os palestinos, elas não oferecem alívio nem fim ao sofrimento causado por um estado com impunidade.

As implicações são assustadoras: a ordem baseada em regras está morta. Justiça, igualdade e responsabilidade são ficções para os poderosos. Os EUA e seus aliados, autoprotoclamados guardiões morais, revelam hipocrisia na aplicação seletiva do direito. Eles apoiam instituições quando lhes convém e as ignoram quando não convém. Esse duplo padrão é claro para o Sul global, que vê o sistema como uma ferramenta de hegemonia. A luta palestina é um microcosmo: o mundo é governado pela força. O fracasso em responsabilizar Netanyahu é um sintoma — um mundo onde o direito é uma arma dos poderosos, não um escudo para os vulneráveis.

A civilização humana, com seus ideais de progresso e direitos, é frágil. O sofrimento palestino, recebido com indiferença, sublinha a ausência de uma ordem civilizada. Vivemos em um mundo onde o poder determina a verdade, os fortes cometem atrocidades e os fracos imploram por justiça. O fracasso em responsabilizar o governo de Netanyahu revela um mal mais profundo — um mundo onde a lei da selva prevalece e a civilização é um mito.

Em conclusão, a situação dos palestinos sob Netanyahu expõe a vacuidade do direito internacional e o mito de uma ordem baseada em regras. Mandados do TPI, veredictos da CIJ e resoluções da Assembleia Geral da ONU são insignificantes sem a ação ocidental e com o apoio dos EUA a Israel. O sistema global, longe de ser civilizado, opera com base no poder. Para os palestinos, essa é uma realidade vivida de violência e desespero. A lei da selva reina, e até que o mundo enfrente essa realidade, a justiça permanecerá um sonho, fora do alcance daqueles que mais precisam dela.